



O GRILO NA VARANDA

O GRILO NA VARANDA

LUIZ PACHECO PARA LAUREANO BARROS
(CORRESPONDÊNCIA, 1966-2001)



Transcrição, introdução e notas de
João Pedro George

LISBOA
TINTA-DA-CHINA
MMXVII

INTRODUÇÃO

NOTA:

A transcrição respeitou o mais possível a ortografia dos documentos originais.

LIVRO

© 2017, João Pedro George e
Edições tinta-da-china, Lda.
Rua Francisco Ferrer, 6-A
1500-461 Lisboa
Tels.: 21 726 90 28/9

E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título: *O Grilo na Varanda —
Luiz Pacheco para Laureano Barros*
(*Correspondência, 1966-2001*)

Autor: Luiz Pacheco
Transcrição, introdução e
notas: João Pedro George
Revisão: Tinta-da-china
Capa: Tinta-da-china (V. Tavares)
Composição: Tinta-da-china

1.ª edição: Junho de 2017
ISBN: 978-989-671-384-3
Depósito Legal n.º 426 654/17

DVD

Título: *Laureano Barros, Rigoroso Refúgio*

Realização e montagem
Paulo Pinto

Argumento
Paulo Pinto, Susana Vassalo

Pesquisa
Isaque Ferreira

Direcção de fotografia
Oriol Colomar

Assistente de imagem
Enya Rodriguez

Som
Pedro Balazeiro

Produção
Catarina de Sousa

Assistentes de produção
Susana Vassalo, Pedro Correia

Música original
Bruno Pereira

Estúdio de gravação
Estúdios Pongo

Voz-off
Isaque Ferreira

Pós-produção áudio
Pedro Balazeiro

Correcção de cor
Enya Rodriguez

Luiz Pacheco sofria de compulsão epistolar. Para comunicar com os outros (ele que tantas vezes se sentiu isolado, em condições extremas e no meio das maiores privações, inimagináveis para muitos de nós), por necessidade individual de reflexão e de se justificar, para contar experiências em primeira mão, por desejo de afirmação literária, para criticar e satirizar compadrios e clientelas, para contornar a censura e poder livremente exprimir-se, para pagar as cauções e sair da cadeia, para pedir favores, porque tinha falta de dinheiro para a renda do quarto, para encher o frigorífico, pagar a água, a electricidade, o médico, uns óculos novos, a bomba da asma, os comprimidos para o coração, as dívidas nas tipografias, o passe do autocarro, porque queria resgatar a máquina de escrever que estava no prego, porque precisava de uma botija de oxigénio, para financiar a edição de um livro ou folheto Contraponto, para divulgar a sua actividade de pequeno editor, pelo puro prazer da escrita, só para chatear, em suma: todos os dias da sua vida adulta, durante mais de 50 anos, Luiz Pacheco manteve fluida correspondência com muita gente, desde os filhos até aos amigos próximos ou íntimos e que mais de perto privaram com ele, passando pelos veneradores, conhecidos ou desconhecidos, etc., múltiplas pessoas de múltiplos pontos do país que receberam cartas e postais do autor de *O Libertino Passeia por Braga*. Uma delas chamava-se Laureano Barros e vivia em terras do Alto Minho, na vila de Ponte da Barca.

Nascido em Matosinhos (1921), Laureano Barros era um coleccionador de preciosidades bibliográficas. Foi essa sua faceta de bibliófilo

que o levou a escrever a Luiz Pacheco manifestando, além de apreço pela sua escrita, interesse em comprar o que ainda houvesse disponível das edições Contraponto, como se infere deste excerto da correspondência entre ambos: «Junto envio o que de momento pos-suo. É pouca coisa. Mas na Divulgação (do Porto) encontrará por certo mais edições minhas, folhetos, etc. Fale s.f.f. ao Carlos Porto ou ao Fernando Fernandes. Igualmente, na Livraria Almedina de Coimbra encontrará textos meus ou edições minhas; e também na Livraria Tertúlia Artes e Letras, aqui das Caldas. Como escreve *disponíveis* não percebi bem se desejava um exemplar de cada, ou mais. Quanto a preços... isto são velharias que ou não valem nada ou talvez venham a valer uns tostões. Rigorosamente, contei 38\$00.»

Em 1965, ano em que Laureano presumivelmente escreveu a primeira carta a Luiz Pacheco — «Recebi, na verdade, suponho que entregue pela Divulgação, de Lisboa, e há já meses, uma carta sua», diz Pacheco na resposta de 25 de Janeiro de 1966 —, desencadeando uma troca epistolar que se estenderia, pelo menos, até Março de 2001 (data da última carta que aqui reproduzimos), o autor de *Comunidade* tinha 40 anos* e não se lhe podia negar prática da vida. Vida que, convenhamos, não dá música para fanfarras.

Porque, vejamos: tinha oito filhos, cinco rapazes e três raparigas (Maria Luísa, João Miguel e Fernando António, os mais velhos, fruto da união com Maria Helena da Conceição Alves, tinham permanecido com a mãe e desprezavam-no; e Luís José, primeiro filho da sua relação com Maria do Carmo Matias, fora internado na Casa Pia), concebidos entre 1950 e 1966; relações amorosas com três mulheres, duas delas irmãs (Maria do Carmo e Maria Irene Matias), que deram para o torto e meteram polícia; foi um dos melhores alunos da Faculdade de Letras de Lisboa (nos dois anos em que ali estudou); o pai e a mãe já não eram do número dos vivos, ambos sepultados no cemitério de Bucelas; teve a autoridade à perna (man-

* Luís José Machado Gomes Guerreiro Pacheco nasceu no dia 7 de Maio de 1925, em Lisboa, na Rua D. Estefânia.

dados de captura) e fugiu duas vezes, girou por várias partes do país, Lisboa, Colares, Porto, Ermesinde, Setúbal, Bucelas; comeu o pão amargo da cadeia do Limoeiro, onde esteve encerrado duas vezes, em 1947 e em 1959; tivera um emprego «para a vida» no Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), como agente fiscal do quadro da Inspeção dos Espectáculos, período em que foi alvo de alguns processos disciplinares (um deles por ter vestido um sobretudo do chefe de secretaria da Inspeção dos Espectáculos, outro por se ter apresentado no local de trabalho com uma gravata vermelha no dia de luto nacional pela morte do Presidente da República, o marechal Óscar Carmona), mas despediu-se ao fim de 14 anos, renunciando à estabilidade, para se dedicar exclusivamente à escrita; escrevera (em 1957) um manifesto de intelectuais e artistas aos deputados da União Nacional perguntando-lhes qual a posição deles em relação ao problema da censura e «intimando-os a que acabassem com ela» (note-se, em honra da acção que acabo de mencionar, que Luiz Pacheco entregou esse documento em mão das autoridades); desde 1945, quando assinou as listas do MUD, estava amplamente referenciado por diferentes postos de vigilância da PIDE/DGS, em cujas fichas era tido como indivíduo «politicamente suspeito» e autor de «literatura inconveniente»; foi sujeito a várias buscas com o objectivo de apreender documentos, folhetos e livros «amorais», «pornográficos» e «antagónicos às instituições vigentes»; levava desde há alguns anos uma existência itinerante, sem rei nem roque, carecendo de domicílio fixo, andando de cidade em cidade (Lisboa, Sesimbra, Setúbal, Caldas da Rainha) e de quarto em quarto (em pensões de má nota

* Merece a pena reproduzir um excerto dos arquivos da PIDE sobre Luiz Pacheco: «Quanto às suas actividades políticas, é um indivíduo bastante suspeito nas Caldas da Rainha, devido à maneira como vive, passar parte do tempo a escrever à máquina e ao facto de se ausentar frequentemente daquela cidade. Em 1945 assinou as listas do MUD e diz que presentemente não tem actividades políticas, devido ao facto de não ter disponibilidades financeiras que lhe permitam tal, mas que se tivesse dinheiro tê-las-ia. Diz também que o País vai caminhando para um beco sem saída.» PIDE/DGS, Processo 2884 — CI (t) NT 1252 (folha 44 de 73).

e a cheirar a patchouli), razão pela qual era dado sem «paradeiro certo» ou como estando em «lugar desconhecido» pelos agentes da PIDE; tinha uma inquietante tendência para comportamentos autodestrutivos, sobretudo associados à bebida (para desvanecer algumas tristezas e cravar o próximo, recorria ao álcool) e a opiniões literárias que faziam tremer a nossa pequenina província das letras; passara bem perto da miséria, da humilhação, da fome, estava quase sempre crivado de dívidas e para as pagar empenhava roupas, livros, máquinas de escrever, etc.; era um doente crónico — sofria de asma inclemente (hereditária) e, em consequência, tinha um enfisema pulmonar bilateral —, um hipocondríaco e, como todos os hipocondríacos, vivia sob o espectro da morte, da ameaça da pena capital, que exorcizava através da escrita, descrevendo com eloquência os seus achaques, as palpitações do coração (combatido pela ingestão de antiarrítmicos, teofilinas e cortisonas), a tensão ora muito alta, ora muito baixa, a falta de ar, a mão que tremia, o fígado que parecia inchado, o peito que doía, a ameaça de embolia, um zumbido no ouvido esquerdo, uma pontada nas costas, a dispnéia, a dificuldade em engolir, os incómodos gástricos, a ressaca do álcool, as dores na garganta, os eczemas, as deficiências hormonais e glandulares, a descalcificação, a magreza (só pele e ossos) devida a má alimentação; quando se sentia arrasado e a cair de debilidade, com a saúde alquebrada ou debatendo-se em aflitiva situação, aparecia frequentemente às portas das urgências (o que lhe ensinou aspectos práticos do nosso sistema nacional de saúde, como ressalta desta correspondência) ou fechava-se na cama, de onde não saía durante semanas, períodos que passava em perfeito estado de hibernação, como se isso fosse uma forma de enxotar a morte (ou de conseguir que ela não reparasse nele), para depois se levantar sobre os escombros, tonificado e cheio de energia criadora.

Por tais e tais circunstâncias, e sobretudo porque converteu em estilo a sua desventura existencial, a transformou em matéria privilegiada da escrita, dando assim um «suporte artístico» ao seu infortúnio e estabelecendo uma correlação directa entre a sua vida fora

do comum, o tipo de escritor em que se tornara e a força expressiva da sua obra literária, ou seja, por tudo quanto acabei de dizer, Luiz Pacheco criara uma pequena mitologia à sua volta, era um nome sobejamente conhecido no jogo das relações no nosso exíguo meio intelectual, era admirado e respeitado por muitos daqueles que valorizavam o desvio e a transgressão da norma e da moral estabelecida, das convenções e dos cânones, aqueles que alimentavam um fascínio voyeurístico pela marginalidade (quase sempre isoladamente considerada, sem atenção às suas causas determinantes) e pelas variadíssimas utilizações retóricas a que ela se presta. De mais a mais, Luiz Pacheco era o pai da Contraponto, editora que se afirmara como um espaço de resistência à «literatura comercial» e às instituições literárias, não só pelos autores publicados* — muitos deles ocupando ainda posições de vanguarda, em ruptura com as tradições e o academismo —, não só pelas obras traduzidas, caso flagrante de *Diálogo entre Um Padre e Um Moribundo* (a primeira tradução portuguesa do Marquês de Sade), mas também, e principalmente, pelas tiragens reduzidas (raramente ultrapassavam os 300 exemplares, em alguns casos numerados e assinados pelos autores), pelos formatos adoptados (panfletos, folhas volantes, folhetos, por vezes sem edição tipográfica, apenas dactilografados), pela economia das técnicas de impressão (em estêncil ou, menos frequente, porque mais caro, com figuras extratexto) e dos materiais utilizados (papel de jornal, papel de embrulho ou papel manteiga, os mais baratos), se bem que com elevado esmero gráfico (quase sempre sóbrio e cuidado, quer nas capas, quer na paginação, quer na mancha do texto), pela distribuição e circulação intermitente e

* Mário Cesariny (*Discurso sobre a Reabilitação do Real Quotidiano, Pena Capital, Louvor e Simplificação de Álvaro de Campos, Manual de Prestidigitação*), António Maria Lisboa (*Isso Ontem Único*, três livros-plaquetes), Manuel de Lima (*Malaquias ou a História de Um Homem Barbaramente Agredido*), Herberto Helder (*Poemactos e Amor em Visita*), Natália Correia (*Cântico do País Emerso, Comunicação, O Homúnculo: Tragédia Jocosas com Quatro Ilustrações da Autora*), Raúl Leal (*Sodoma Divinizada*), entre outros.

irregular (ora pelo correio, através de postais RSF — Resposta Sem Franquia —, ora à consignação em livrarias da sua confiança, ora directamente, a amigos e outros, nas ruas, nos cafés, onde calhasse), dificultando assim o trabalho da Censura e reduzindo os custos de distribuição.

Mas Luiz Pacheco era também um crítico impetuoso, de rompe-e-rasga, que deu muitas vezes que falar na imprensa, pela verve, pela mordacidade, pela ironia, pelo humor dos seus textos (que dispersou em publicações como *O Globo*, a *Seara Nova*, o *Diário Ilustrado*, o *Jornal de Notícias*, o *Jornal de Letras e Artes*, a revista *Notícia*, de Angola, ou o *Jornal do Fundão*); era ainda um vulto destacado da «boémia literária» lisboeta, frequentando locais como o Café Gelo ou o Parque Mayer, onde os seus dotes para a provocação costumavam semear alvoroço e perturbar a calma paz burguesa; colaborara na antologia *Surreal-Abjeccion-(ismo)*, na *Antologia de Vanguarda da Novela Portuguesa Contemporânea* (ao lado de Mário de Sá-Carneiro, Almada Negreiros e Manuel de Lima, este último figura curiosíssima, de cuja origem e biografia muito pouco se sabe), na *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica* (com um excerto de *Os Namorados* e um poema em quadras intitulado «Coro de Escarnho e Lamentação dos Cornudos em Volta de São Pedro») — obra que seria apreendida e alguns autores processados, entre os quais o próprio Luiz Pacheco — e escrevera um prefácio para a tradução portuguesa de *A Filosofia na Alcova*, de Marquês de Sade, que daria origem a novo caso de tribunal e a nova condenação; da sua situação periclitante, sem rendimentos certos, extraía textos como *O Que é o Neo-Abjeccionismo* e *O Cachecol do Artista*, dois auto-retratos onde a pedincha, a crítica social, a humilhação, o riso, o orgulho, o ressentimento, a teatralização e um invulgar talento literário se tocam e confundem, e publicara em estêncil *Comunidade*, espécie de utopia antiburguesa que fazia a apologia de um modelo alternativo de família e que fora concebida para escandalizar e ofender o modo de vida convencional.

Nesse período, por seu turno, Laureano Barros licenciara-se com 17 valores em Matemática, na Faculdade de Ciências do Porto,

onde fora colega de Francisco da Costa Gomes, o futuro presidente da República, e exercera seguidamente, ainda nos verdes anos, as funções de assistente de Ruy Luís Gomes, um dos professores mais esclarecidos que serviam aquela instituição de ensino e cujo renome enchia a comunidade académica. Ruy Luís Gomes integrara o Movimento Matemático (tal como, de resto, o próprio Laureano Barros), impulsionado pelo Núcleo de Matemática, Física e Química, em torno do qual, entre 1936 e 1946/47, foram organizados cursos, seminários, colóquios e revistas (*Portugaliae Mathematica*, a primeira revista internacional portuguesa de investigação matemática, criada em 1937, e *Gazeta de Matemática*, lançada em 1939*) e que serviu ainda como ponto de partida para a criação do Centro de Estudos de Matemáticas Aplicadas à Economia (1938)**, da Sociedade Portuguesa de Matemática (1940), do Centro de Estudos Matemáticos do Porto (1942)*** e da Junta de Investigação Matemática (1943)****.

Em Junho de 1947, quando o esperava uma bela e auspiciosa carreira académica, Laureano Barros foi expulso da Universidade por ter subscrito uma carta ao director da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto criticando a prisão, pela PIDE, da aluna Nazaré Patacão. Juntamente com ele, ficou suspenso e depois demitido o outro signatário, Ruy Luís Gomes, que mais tarde rela-

* Apesar de criada em 1939 por homens como António Monteiro, Hugo Ribeiro, José da Silva Paulo, Manuel Zaluvar e Ruy Luís Gomes, o primeiro número desta revista saiu apenas em Janeiro de 1940.

** Fundado no ISCEF (Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras), em Lisboa, por Aureliano de Mira Fernandes, Bento de Jesus Caraça e Caetano Maria Beirão da Veiga.

*** Dirigido por Ruy Luís Gomes até 1947. Corresponde ao actual Centro de Matemática da Universidade do Porto.

**** Entre as figuras do chamado «Movimento Matemático» contavam-se António Aniceto Monteiro, Armando Gibert, Augusto Sá da Costa, Bento de Jesus Caraça, Hugo Ribeiro, Manuel Zaluvar, Maurice Fréchet, José Sebastião e Silva, José Ribeiro de Albuquerque e o próprio Ruy Luís Gomes. Quanto à Junta de Investigação Matemática, constituída como associação privada de cientistas e independente de quaisquer financiamentos públicos, nasceu graças a António Aniceto Monteiro, Aureliano de Mira Fernandes e Ruy Luís Gomes.

taria o caso à revista *Flama*: «Estive aqui como professor até 1947, até ser demitido. A causa próxima da minha demissão foi a atitude que tomei, conjuntamente com o meu assistente Laureano Barros, em relação à prisão, pela PIDE, de uma aluna da Faculdade de Ciências, Nazaré Patacão. Os dois dirigimos uma carta ao director da Faculdade, entendendo que o Conselho Escolar devia reunir e considerar o problema. O Conselho não reuniu e o director chegou mesmo a propor-me que retirasse a carta, pois em caso contrário teria de dar conhecimento dela ao ministro da Educação. Eu não retirei a carta, e o assistente viu rescindido o seu contrato. Pouco depois, eu era afastado do serviço, por um telegrama do então ministro da Educação, Fernando Pires de Lima. Fui suspenso do exercício e fiquei sem vencimento. Abriram um processo em que fui convidado a depor. Perguntei se podia ou não exercer as liberdades fundamentais concedidas pela Constituição. O juiz propôs uma pena de seis meses de suspensão. Recorri. O processo chegou ao Conselho Permanente de Acção Educativa, que me aplicou a pena de demissão. Recorri para o Supremo Tribunal Administrativo, mas perdi todos os recursos, acabando por ser 'legalmente' demitido em 1948.»* A mesma repressão abateu-se sobre os hierofantes que pontificavam no Movimento Matemático: além dos docentes, investigadores e bolseiros que ficaram impossibilitados de ensinar (alguns tiveram de exilar-se), Celestino da Costa foi destituído da presidência do Instituto de Alta Cultura e, pior, o financiamento dos centros de investigação e a atribuição de bolsas foram cancelados.

Com apenas 26 anos, impedido de leccionar em quaisquer instituições de ensino (chegou a ser proposto, por unanimidade, para a Escola de Belas Artes do Porto, mas o ministério não permitiu, e até o diploma que o autorizava a trabalhar nos liceus lhe foi retido), Laureano instalou-se num escritório junto ao Mercado do Bolhão

* «Ruy Luís Gomes: A luta pela Liberdade não foi inglória» (entrevista), *Flama*, 24 de Maio de 1974.

e tornou-se explicador particular de cálculo infinitesimal e álgebra. Durante todo esse tempo, Laureano Barros continuou a frequentar os livreiros e alfarrabistas do Porto, a encher as estantes da sua biblioteca com primeiras edições e obras raras (ou que viriam a tornar-se raras, pelas tiragens ínfimas ou porque delas sobreviveram escassos exemplares), títulos de editoras emblemáticas (Contraponto, A Antologia em 1958, Edições Afrodite), revistas (sobretudo modernistas) e outras publicações literárias (como o suplemento «&etc», dirigido por Vitor Silva Tavares, do *Jornal do Fundão*), a colecionar autógrafos e manuscritos inéditos de escritores portugueses contemporâneos (em particular dos surrealistas ou próximos deles, casos de Luiz Pacheco e de Herberto Helder). Dizendo as coisas de outra maneira, os livros iam ocupando cada vez mais espaço na cómoda moradia que o pai, Gualdino da Cunha Barros, tinha comprado na zona da Foz e onde o jovem Laureano se instalara ao iniciar o curso na Universidade do Porto.

Segundo Nuno Canavez, da Livraria Académica (Porto), Laureano Barros era um dos clientes mais antigos da casa. Desde que ali se empregou, quando tinha 13 anos (1948), Nuno Canavez habituou-se a observar o cliente Laureano Barros percorrendo as estantes da loja ou conversando com o patrão (Guedes da Silva). Nunca regateou preços, nunca desistiu de uma obra que concitasse a sua atenção, e era capaz de percorrer o país em busca de um livro único ou de uma colecção de revistas de valor inestimável, como quando foi a Coimbra de táxi comprar todos os números da revista *Presença* (isto é uma das coisas que o dinheiro tem de bom, permitir-nos apanhar um táxi até Coimbra para comprar a colecção completa da revista *Presença...*). Na altura custaram-lhe dez contos, vendidos por um empregado da Coimbra Editora, onde a revista foi publicada: «Foram caras, na altura, mas fez bem. Porque aquelas revistas dificilmente voltariam a aparecer no mercado. Sobretudo em tão excelentes condições como aquelas. No leilão que organizaram depois da sua morte, foram compradas por dois mil contos», diz Canavez. Quando tinha necessidade de um esclarecimento sobre um livro concreto ou

sobre especificidades bibliográficas, Canavez telefonava a Laureano; foi o que fez quando lhe quiseram vender a primeira edição, extremamente rara, de *Sonetos* de Antero de Quental, publicados pela editora Sténio (Sténio era um pseudónimo do editor Alberto Teles, que em Dezembro de 1861, em Coimbra, compilou e publicou um conjunto de 21 sonetos de Antero, quando este tinha apenas 19 anos, dedicados *Ad amicos*, com um prefácio «A João de Deus» e uma tiragem reduzida, para distribuir quase só pelos amigos e para «subsidiar um estudante pobre»). «Querem 30 contos», disse-lhe Canavez. «Eu quero, não o deixe fugir», foi a resposta de Laureano (o livro de Antero terá sido vendido mais tarde, no referido leilão, por 10 500 euros, talvez o valor de arremate mais alto então atingido).

Laureano Barros chegou a ser conselheiro de vários livreiros e alfarrabistas, tanto no Porto como em Lisboa (foi ele que aconselhou a Lello & Irmão, por exemplo, a publicar as obras de Raul Brandão em papel bíblia): «O Dr. Laureano estudava o que comprava, sabia muito de bibliografia e de pormenores relacionados com o livro. Poucos estariam a par de tudo o que ele saberia acerca de livros raros. Quando se debruçava sobre qualquer assunto dava-lhe sempre despacho. Era um amante da literatura do século xx, o que não era vulgar na época, há 60 anos. Nas últimas décadas da sua vida dedicou-se também aos séculos xvi e xvii. Foi o cliente com quem mais me familiarizei, viu-me nascer como livreiro. Era de uma correcção e de uma integridade não muito habituais nos dias de hoje, sempre preocupado em pagar o preço justo. Um indivíduo deste teor merecia uma estima pessoal», lembra Nuno Canavez*.

Se é certo que informação não é conhecimento e que os coleccionadores não formam necessariamente uma rede de leitores, não o é menos que estamos a falar de uma comunidade minúscula — os bibliófilos — constituída essencialmente por indivíduos com posses e recursos financeiros, como seria o caso

* Entrevista a Nuno Canavez, realizada no Porto em 23 de Março de 2017.

de Laureano Barros: a família era abastada e possuía propriedades em Portugal e Angola. Tais recursos — mesmo depois de ter regressado a África, onde encetou vida nova*, o pai de Laureano continuou a apoiá-lo periodicamente com as remessas de fundos — permitiram-lhe viver, durante perto de 20 anos, apenas das explicações privadas que subministrava no Porto; deram-lhe segurança suficiente para, após o 25 de Abril de 1974, regressado à Faculdade de Ciências (por convite de Ruy Luís Gomes, que viera entretanto do exílio no Brasil e fora nomeado reitor da Universidade do Porto), se demitir pouco tempo depois, em protesto contra os saneamentos arbitrários de professores, e para abandonar de vez as explicações, optando por transferir do Porto para Ponte da Barca os milhares de livros da sua biblioteca e instalar-se definitivamente no Minho em 1976, quando herdou os bens da família, onde se incluíam várias terras e algumas casas; foi também isso (e não só, bem entendido) que lhe permitiu manter uma verticalidade fora do comum, como quando recusou o convite para o cargo de professor catedrático da Faculdade de Ciências do Porto, por considerá-lo absurdo, visto ali nunca mais ter dado aulas, ou quando abandonou a direcção da Escola Secundária de Ponte da Barca, meses andados desde que assumira aquela responsabilidade, discordando do Ministério da Educação, por não ter demitido uma professora que sistematicamente apresentava falsos atestados médicos e que, por isso, quase nunca punha

* Antes de casar com Maria Leonor Gonçalves Moreira (a mãe de Laureano Barros), em 1946, Gualdino da Cunha Barros já tinha dois filhos em Angola, terra onde possuía propriedades e negócios, sobretudo em Benguela. Gualdino terá ido pela primeira vez a Angola no início do século xx, tendo-se fixado inicialmente na Caála, uma pequena povoação situada no planalto central daquela então colónia portuguesa. Graças à actividade comercial de Gualdino de Barros e de outros, como Antero Gavino do Rego, José Henriques Beira Alta e José da Fonseca Monteiro, a Caála cresceu e tornou-se um entreposto importante, tendo chegado a posto administrativo e, em 1934, a sede de concelho. Em reconhecimento pelo seu papel no desenvolvimento daquela região, Gualdino de Barros é considerado um dos fundadores da Caála, razão pela qual ali lhe ergueram uma estátua.

os pés na sala de aulas (protegida, alegadamente, por amigos dedicados e influentes no interior do Partido Socialista); foi isso, enfim, que permitiu a Laureano Barros, pai de três filhos e três vezes casado, olhar sem receio para o futuro, ficar a salvo da espiral da adversidade, manter-se afastado da rampa da precariedade e da instabilidade. E antes de tudo, acima de tudo, deu-lhe a vantagem de poder gastar muito em alfarrabistas e leilões, comprando preciosidades bibliográficas de levar couro e cabelo.

Somado o que há a somar — cabedais para desembolsar, profundos conhecimentos acumulados sobre livros e bibliografia, ampla informação sobre as engrenagens das editoras, vontade obstinada e persistente de caçar primeiras edições quase impossíveis de encontrar, faro apurado para descobrir particularidades ou curiosidades (o método de confecção do livro, o seu formato, a qualidade do papel, o tipo de caracteres, a estamperia exigente, as gravuras, porque foi suprimido pela censura, porque se tratava de uma edição-pirata, como a de *O Corpo, o Luxo, a Obra*, de Herberto Helder, feita por Luiz Pacheco, por causa das capas deste ou daquele, do Bernardo Marques, do Fred Kradolfer, do Sebastião Rodrigues, do Victor Palla, do Câmara Leme, do João Abel Manta, etc., ou pelas bizarrias tipográficas [por vezes basta um acidente de revisão, uma passagem grahlhada ou um defeito curioso de composição gráfica — às vezes por imperícia do tipógrafo — para suscitar o interesse dos coleccionadores]) —, somado o que há a somar, dizia eu, Laureano Barros tornou-se um dos maiores bibliófilos do nosso país e constituiu uma das melhores bibliotecas particulares da segunda metade do século xx.

É-se coleccionador de livros por muitas e várias razões. Há de tudo: por amor dos objectos especiais e valiosos; pela lógica económica ou pela sua cotação no mercado; pelo seu valor ostentatório, porque são um meio de auto-afirmação social, um indicador de alta cultura e de refinamento estético; pelo desejo de alcançar o estatuto e o prestígio de ser o maior coleccionador, de possuir aquela peça mais rara de todas; por ocupação ociosa ou para dar um sentido ao

tédio (um luxo de ricos); por uma impressão de autenticidade, contra a produção em série da economia moderna do consumo e da grande distribuição, que tende a exacerbar o carácter efémero das obras (hoje o ritmo de publicação é tal, a inflação das novidades é tal, que as livrarias regurgitam livros, os quais morrem cada vez mais depressa, aparecendo e desaparecendo dos escaparates e das estantes a grande velocidade), em detrimento da originalidade e da qualidade estética; por fracasso da vida emocional ou porque se desenvolveu uma fixação relacionada com a ordem, o controlo, a eficiência, a disciplina da arrumação e da organização; porque os livros existem para ser contados e classificados; por necessidade neurótica de controlo da ansiedade, para diminuir a angústia e confinar o caos*, perseguir a desordem, procurar uma lógica na multiplicidade de obras que a sociedade coloca à nossa disposição (na opinião de muita gente, como Walter Benjamin, as colecções assentam nessa tensão dialéctica entre a ordem e a desordem); porque precisam das bibliotecas para se exprimirem, pelo efeito pacificador da identificação com os livros, porque é uma forma de se reconhecer a si próprio na biblioteca e se projectar fora de si, por vezes como um ego ideal (a biblioteca), em que a imagem reflectida é mais completa, mais perfeita (tornando-a, simultaneamente, objecto de identificação e um rival); por nostalgia ou contra o esquecimento, para contemplar e recuperar o passado, apropriar-se dele, porque os livros representam épocas diferentes, inserem na memória pontos de referência e remetem para experiências vividas (cada livro, porque suscitou emoções no comprador, conta uma história de aquisição e renova por isso a memória pessoal); por excitação contracultural, quando o interesse do coleccionador se centra nos autores e obras

* Como a personagem principal de *Todos os Nomes*, de José Saramago, para quem a ordem é a melhor amiga do ser humano — «não suporto a ideia do caos como regeador único do universo» — ou de *O Homem Duplicado*: «Ter um lugar para cada coisa e ter cada coisa no seu lugar sempre foi uma regra de ouro nas famílias que prosperam, assim como tem sido abundantemente demonstrado que executar em boa ordem o que se deve foi sempre a mais sólida apólice de seguro contra as avantesmas do caos.»

CORRESPONDÊNCIA
1966-2001

CALDAS DA RAINHA, 25/1/66¹

Exm.º Senhor

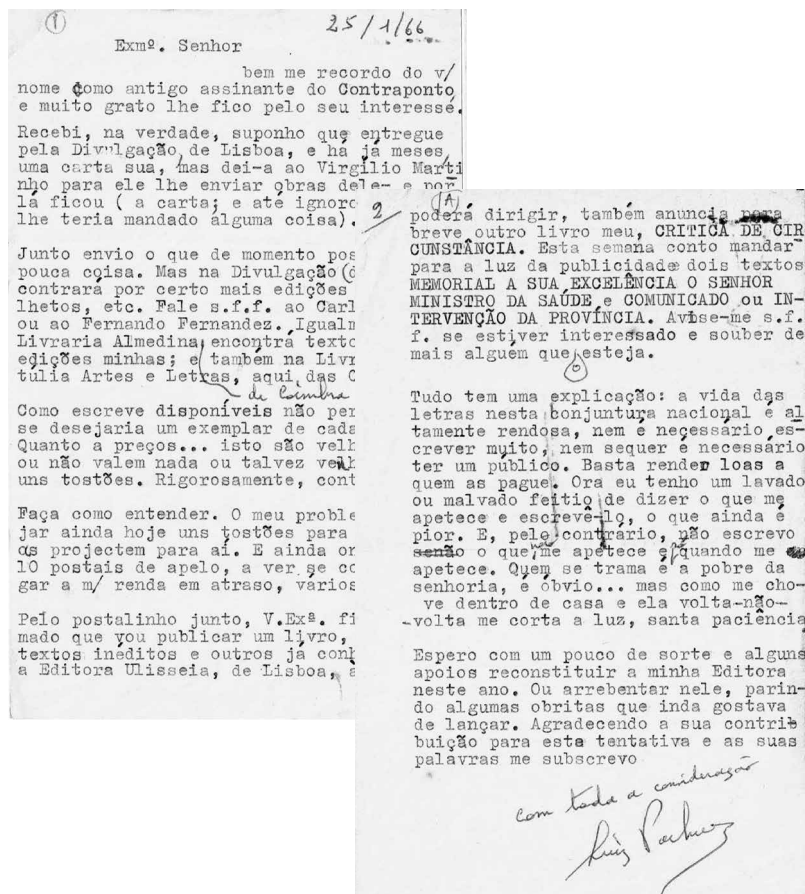
bem me recordo do vosso nome como antigo assinante do *Contraponto*, e muito grato lhe fico pelo seu interesse. Recebi, na verdade, suponho que entregue pela Divulgação, de Lisboa², e há já meses, uma carta sua, mas dei-a ao Virgílio Martinho para ele lhe enviar obras dele — e por lá ficou (a carta; e até ignoro se ele lhe teria mandado alguma coisa).

Junto envio o que de momento possuo. É pouca coisa. Mas na Divulgação (do Porto) encontrará por certo mais edições minhas, folhetos, etc. Fale s.f.f. ao Carlos Porto ou ao Fernando Fernandes. Igualmente, na Livraria Almedina de Coimbra encontrará textos meus ou edições minhas; e também na Livraria Tértúlia Artes e Letras, aqui das Caldas.

Como escreve *disponíveis* não percebi bem se desejaria um exemplar de cada, ou mais. Quanto a preços... isto são velharias que ou não valem nada ou talvez venham a valer uns tostões. Rigorosamente, contei 38\$00.

1 Postal dactiloscrito, dois lados.

2 A Livraria Divulgação surgiu originalmente no Porto, em Junho de 1958, por iniciativa de Fernando Fernandes. Ao grupo de fundadores da Fernandes, Alegria & Cia. Lda., companhia comercial por quotas que geria a livraria, pertenciam ainda Victor Alegria, José Augusto Seabra e Hermínio Marvão (posteriormente, Carlos Porto e João Guedes também se juntaram ao projecto). Mais tarde, a Divulgação abriu duas dependências, uma em Viana do Castelo e outra em Lisboa (1964), na Rua D. Estefânia (dirigida por Fernando Pernes).



Faça como entender. O meu problema é arranjar ainda hoje uns tostões para selos, que as projectem para aí. E ainda ontem mandei dez postais de apelo, a ver se consigo pagar a minha renda em atraso, vários meses.

Pelo postalinho junto, V. Ex.º ficará informado que vou publicar um livro, reunindo textos inéditos e outros já conhecidos; e a Editora Ulisseia, de Lisboa, à qual se poderá dirigir, também anuncia para breve outro livro meu, *Crítica de Circunstância*. Esta semana conto mandar para a luz da publicidade dois textos: *Memorial a sua Excelência o Senhor*

Ministro da Saúde e Comunicado ou Intervenção da Província. Avise-me s.f.f. se estiver interessado e souber de mais alguém que o esteja.

Tudo tem uma explicação: a vida das letras nesta conjuntura nacional é altamente rendosa, nem é necessário escrever muito, nem sequer é necessário ter um público. Basta render loas a quem as pague. Ora eu tenho um lavado ou malvado feitiço de dizer o que me apetece e escrevê-lo, o que ainda é pior. E, pelo contrário, não escrevo o que não me apetece e só quando me apetece. Quem se trama é a pobre da senhoria, é óbvio... mas como me chove dentro de casa e ela volta-não-volta me corta a luz, santa paciência.

Espero com um pouco de sorte e alguns apoios reconstituir a minha Editora neste ano. Ou arrebentar com ela, parindo algumas obritas que inda gostava de lançar. Agradecendo a sua contribuição para esta tentativa e as suas palavras me subscrevo

com toda a consideração

Luiz Pacheco

CALDAS DA RAINHA, 2/2/66³

Apenas duas palavras para lhe agradecer a sua ajuda e as palavras da sua carta. Amanhã, se me for possível, enviarei mais material. Até lá, cumprimenta-o o Luiz Pacheco.

CALDAS DA RAINHA, 3/3/66⁴

Amigo: tem (do que me parece) toda a razão. Mas acabei há pouco, ontem mesmo, duas coisas que me levaram tempo e cabelos. Não ficará pior: amanhã mesmo irão novidades. Com juro. Juro.

Quanto ao texto do Pedro Oom: o melhor é dirigir-se ao próprio, no Instituto Nacional de Estatística, em Lisboa, onde ele

3 Postal manuscrito, um lado (juntamente com um desenho impresso — «Rua Ouça» — de António Maria Lisboa incluído no catálogo da Exposição do Grupo Surrealista de Lisboa, em 1949).

4 Postal dactiloscrito, um lado.

funciona. Esse texto era para ser *contra mim* e declara-me morto! Vivo, e vivo pelos Amigos, estou eu. Não, ele, coitado.

Segue missiva e um abraço do Luiz Pacheco.

CALDAS DA RAINHA, 4/3/66⁵

Prezado Amigo e Senhor Laureano Barros

conforme o prometido, junto lhe envio algumas edições que pude salvar aquando duma recente passagem por Lisboa e mais uns brindes... amigável retribuição pelo seu voluntário apoio à minha editorial, por ora muito mais parada do que eu desejava.

Quanto ao texto do Pedro Oom, somente o próprio, ou talvez o Mário Cesariny de Vasconcelos, cuja morada actual suponho que seja em Londres, ao cuidado de Dácio Oliveira⁶, 46 A, Walton Street, London, SW3. Pode falar-lhe em mim, mas talvez seja contraproducente: não sei como ele interpretou, se gostou ou não gostou, o texto que vai junto em prova, e talvez não passe daí (por isso lho mando assim mesmo), cujo título é *Comunicado ou Intervenção da Província* e se destinava a servir como surpresa surreal na leitura que d'*A Cidade Queimada* o Mário fez na Divulgação, em Lisboa. Para bom entendedor, o que ali está, paralelamente a uma homenagem ao Mário, seu poema e sua poética em geral, era uma *ferroadazita* directa, logo naquele *Outrora* inicial, que marca o caminho andado desde as alegres coisas que se faziam há 20 anos, os panfletos, as cartas aos jornais, as edições impossíveis — às sessões consagratórias e com um cheirinho a venda em hasta pública, às edições de luxo a 200 barrotes — e tudo, segundo me disseram, com um ar sepulcral, de cripta a velar o ilustre finado. Aliás, um retrato do Mário publicado na semana seguinte na página do *Diá-*

5 Carta dactiloscrita, duas páginas.

6 Ricarte-Dácio de Sousa Oliveira. Alfarrabista, crítico literário e mecenas de Mário Cesariny de Vasconcelos, sobretudo quando este último vivia em Londres. No final da década de 1990, Ricarte-Dácio matou a mulher, o filho adolescente e o gato, suicidando-se logo de seguida.

rio de Lisboa assemelha-o a um *clergyman* (?) luterano ou padrega a ler o cantochão⁷.

O outro texto, de que lhe envio a cópia que possuo feita há mais de dez anos, é uma carta ao Divino Gaspar⁸, e ajusta-se como barra de apoio ao meu texto actual, marca o caminho andado, o tal *outrora*... Ainda pensei em incluí-la na minha edição de agora, mas vinha encarecê-la. *Está inédito*. O Divino Gaspar fez-lhe uma referência numa crítica muito aldrabona publicada no *Diário Popular*, à minha edição do *Discurso sobre o Real Quotidiano*, mas não o transcreveu — processos «honestos» de rebater publicamente o adversário, encafuando na gaveta os seus argumentos. Peço-lhe que, querendo ficar com ele, me tire cópia (tem muitos erros segundo hoje vi, mas são fáceis de emendar), ou me devolva o texto, guardando cópia ou lendo-o por curiosidade simples. Com efeito, esta querela do Surrealismo em Portugal está a dar que falar e quanto mais se fala, mais asneiras saem, que é o costume. Ainda esta semana, no *Jornal de Letras e Artes*, li um texto muito infeliz do Mário⁹; hoje, no *Diário de Lisboa*, uma crítica ao mesmo, ainda mais infeliz¹⁰. Também é o costume: a vulnerabilidade destas adesões aos movimentos estéticos e sua posterior denegação consiste em que é tudo à flor da pele, tudo postiço, tudo literatura. Entre a carta ao Gaspar e o meu texto, correu muita água no Tejo e debaixo das pontes do Tamisa; mas não pretendi fazer saudosismo, antes superá-lo com uma prosa desafiante, desembaraçada de lagrimetas e apondo o passado apenas para incriminar as maleitas do presente.

7 Nome, na Igreja Católica, de um canto litúrgico tradicional monofónico (ou seja, sem grandes variações melódicas), que remonta aos primórdios da Idade Média.

8 João Gaspar Simões. Referência provável à «Carta Não Muito Zangada a João Gaspar Simões», citada em «A Pirâmide & a Crítica», texto que Luiz Pacheco publicou no número 2 da revista *Pirâmide*, em Junho de 1959, pp. 35-38.

9 Mário Cesariny de Vasconcelos, «Nota sobre a nota de Carlos Loures», *Jornal de Letras e Artes*, 2 de Março de 1966, pp. 1 e 2.

10 Gastão Cruz, «A Cidade Queimada», de Mário Cesariny (Ulisseia); *Aventuras da Razão*, de Carlos Eurico da Costa (Morais), *Diário de Lisboa*, suplemento «Vida Literária e Artística», 3 de Março de 1966, p. 8.

Coisas de velhas, diz o Ernesto Sampaio que é uma década mais novo, referindo-se, classificando, estas prosas e proezas cesarynescas dos últimos tempos.

Como esta carta é toda *pro domo mea*, reforço-a com uma homenagem que me fizeram num jornal de Luanda¹¹, recentemente. É uma homenagem especial, congeminada em humor negro, que me apanhou em pura surpresa e me fez chorar. Tenho gosto em lhe oferecer ou emprestar esse exemplar (não tenho mais nenhum, nem sei se conseguirei outros). E desculpe se nada disto lhe agrada. Quem dá da sua lavra...

Cumprimenta-o e pede desculpa da demora o Luiz Pacheco.

CALDAS DA RAINHA, 4/5/66¹²

Exm.º Senhor Dr. Laureano Barros

Prezado Amigo

Só os muitos afazeres e preocupações das últimas semanas me impediram de responder à sua carta de (? não tenho aqui presente, pois coloquei os meus *dossiers* em poiso seguro) e apresso-me em agradecer-lhe as palavras que me dirige a propósito de *Comunidade*. Devo dizer-lhe que sou altamente desconfiado em matéria de elegias; mas acredito na sinceridade com que se exprime, pois (e isto ainda é vaidade minha, paciência!) também *Comunidade* é para mim o melhor texto do livro¹³. Não fazia parte do sumário primitivo, foi ali incluída quase na hora extrema quando me apercebi que ao livro faltava um texto mais *carnal*, mais directo. No entanto, esta *Comunidade* é diferente das duas versões anteriores. O final foi *carregado*

11 Referência ao número especial do suplemento «Artes e Letras» do *ABC*, diário de Angola, organizado por Vítor Silva Tavares e publicado em 16 de Dezembro de 1965. O pretexto da «homenagem» era a publicação, agendada para breve, de *Crítica de Circunstância*.

12 Carta dactiloscrita, quatro páginas, com a seguinte indicação manuscrita no canto superior direito da primeira página: «Não tenho tempo de ler».

13 *Crítica de Circunstância*, Ulisseia, 1966 (impresso em Barcelos em Março de 1966).

Caldas da Rainha, 4 de Abril/66 (5)

Exm.º Senhor Dr. Laureano Barros

Prezado Amigo

Não tenho tempo de ler

Só os muitos afazeres e preocupações das últimas semanas me impediram de responder à sua carta de (? não tenho aqui presente, pois coloquei os meus *dossiers* em poiso seguro) e apresso-me em agradecer-lhe as palavras que me dirige a propósito de *Comunidade*. Devo dizer-lhe que sou altamente desconfiado em matéria de elegias; mas acredito na sinceridade com que se exprime, pois (e isto ainda é vaidade minha, paciência!) também *Comunidade* é para mim o melhor texto do livro. Não fazia parte do sumário primitivo, foi ali incluída quase na hora extrema quando me apercebi que o livro digo ao livro faltava um texto mais *carnal*, mais directo. No entanto, esta *Comunidade* é diferente das duas versões anteriores. O final foi *carregado* no seu tom polémico, de modo a coincidir com uma crítica de circunstância. Creio que é um texto rico: ambíguo, lírico, ofensivo, denunciador, representativo de nesse tempo e das nossa vida literária e acima de tudo meu. Ocorreu-me logo após o nascimento de Paulecas, já com perto de 3 anos. Em Setúbal, numa noite qualquer, pensei que dormirmos cinco numa cama queria dizer qualquer coisa. Sermos felizes ainda assim, também. E que toda a pobre gentinha que por esse País fora dormem aos dez num catre também havia de ser dito. Também ainda era uma maneira de fazer crítica trazê-lo à luz. Tenho passado fome mas, sofrendo duplamente com isso, tenho feito passar fome às mulheres que vivem comigo, e já são três. E até os filhos não comem como deviam. Pois achei que era uma homenagem escrevê-lo. O texto tinha inicialmente um perigo, de que breve me aperbi: era cair no cheradinho. Creio tê-lo evitado tanto quanto possível, embora eu cheire a lê-lo.

Se tiver paciência, diga-me algo dos outros textos do livro em riscos de ficarem ~~XXXXXXXXXX/2/1/1~~ eclipsadas por aquele... A **NOTA** final, reduzida todavia a um cagagesimo do que estava previsto, também julgo center algum interesse. Queria fazer seguir este volume dos **TEXTOS LOCAIS** já anunciados, onde o nível literário é superior tanto quanto me é dado avaliar e há muita página mais actual e de acerde comigo, **agora**. Mas estou metido numa sarilhada donde não sei como me livrar. É o seguinte: colaborei naquela **Antologia Brótica** organizada pela Natália Correia. Não sou poeta, claro, mas alinhava umas rimas de pé quebra-

RELAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA
LUIZ PACHECO — LAUREANO BARROS
(1966-2001)

1966

dezassete documentos (oito postais e nove cartas)

25/01: Caldas da Rainha (postal)	28/10: Caldas da Rainha (carta)
2/02: Caldas da Rainha (postal)	4/11: Caldas da Rainha (carta)
3/03: Caldas da Rainha (postal)	11/11: Caldas da Rainha (postal)
4/03: Caldas da Rainha (carta)	19/11: Caldas da Rainha (carta)
4/05: Caldas da Rainha (carta)	26/11: Caldas da Rainha (postal)
22/05: Caldas da Rainha (postal)	2/12: sem local (carta)
30/05: Caldas da Rainha (carta)	14/12: sem local (carta)
2/06: Caldas da Rainha (postal)	24/12: Caldas da Rainha (postal)
16/06: Caldas da Rainha (carta)	

1967

sete documentos (dois postais e cinco cartas)

14/01: sem local (carta)	8/06: Caldas da Rainha, Cadeia Civil (carta)
18/01: Caldas da Rainha (postal)	18/06: Caldas da Rainha, Cadeia Civil (postal)
28/01: Caldas da Rainha (carta)	
19/05: Caldas da Rainha, Cadeia Civil (carta)	
29/05: Caldas da Rainha, Cadeia Civil (carta)	

1970

quatro documentos (dois postais e duas cartas)

28/01: sem local (carta)	20/05: Caldas da Rainha (postal)
26/04: Lisboa (postal)	1/11: Massamá (carta)

1971

dois documentos (duas cartas)

15/05: sem local (carta) 20/07: Massamá (carta)

1972

*três documentos (um postal e duas cartas)*4/03: sem local (carta) 21/09: sem local (postal)
18/03: sem local (carta)

1973

*seis documentos (um postal e cinco cartas)*24/01: Massamá (carta) 5/07: sem local (carta)
29/03: sem local (carta) 14/07: Massamá (postal)
2/07: sem local (carta) 14/09: Massamá (carta)

1974

*sete documentos (três postais e quatro cartas)*2/01: sem local (postal) 7/07: Massamá (carta)
16/02: Massamá (carta) Verão: Massamá (carta)
27/02: Lisboa (postal) 21/11: Massamá (carta)
15/06: sem local (postal)

1975

um documento (um postal)

19/03: Massamá (postal)

1976

um documento (uma carta)

5/02: Lisboa, Hospital de Santa Maria (carta)

1977

um documento (uma carta)

[finais do ano]: Coimbra (carta)

1978

*nove documentos (quatro postais e cinco cartas)*11/05: Lisboa (carta) 14/07: Lagos (postal)
10/06: sem local (postal) 28/07: sem local (postal)
15/06: sem local (carta) 14/09: Porto (carta)
25/06: sem local (postal) 27/12: Lagos (carta)
27/06: Lagos (carta)

1979

*cinco documentos (três postais e duas cartas)*25/01: Lagos (carta) 22/09: Évora (postal)
18/05: Lisboa (carta) 11/08: sem local (postal)
24/07: Lisboa (postal)

1980

*três documentos (um postal e duas cartas)*27/04: Lagos (carta) 13/10: Montijo (carta)
15/07: Lagos (postal)

1981

*seis documentos (dois postais e quatro cartas)*24/04: sem local (postal) 15/11: Lisboa (carta)
7/06: Lisboa (postal) 25/12: sem local (carta)
29/07: sem local (carta)
5/09: Torres Vedras, Sanatório do
Barro (carta)

1982

*onze documentos (seis postais e cinco cartas)*24/01: Lisboa (postal) 20/08: Torres Vedras, Sanatório do
13/04: Lisboa (postal) Barro (carta)
5/06: sem local (postal) 9/09: Torres Vedras, Sanatório do
11/06: sem local (postal) Barro (carta)
18/06: Lisboa, Hospital Júlio de
Matos (carta) 30/09: Torres Vedras, Sanatório do
Barro (postal)

22/10: Lisboa (carta) 11/12: sem local (postal)
 10/12: Lisboa, Hospital Egas Moniz
 (carta)

1983
cinco documentos (três postais e duas cartas)

10/01: sem local (postal) Sem data (finais/04-inícios/05):
 19/02: Lisboa (carta) Torres Vedras, Sanatório do
 20/03: Lisboa (postal) Barro (postal)
 7/06: sem local (Lisboa) (carta)

1984
cinco documentos (três postais e duas cartas)

17/03: sem local (carta) 16/07: sem local (postal)
 14/04: sem local (Lisboa) (postal) 29/07: Agualva (carta)
 10/07: Lisboa (postal)

1985
quatro documentos (três postais e uma carta)

1/01: sem local (postal) 5/08: Almada (postal)
 31/07: sem local (postal) 7/08: Lisboa (carta)

1986
um documento (um postal)

Sem data: Montemor (arredores de Loures-Caneças) (postal)

1987
um documento (um postal)

20/11: Montemor (arredores de Loures-Caneças) (postal)

1996
um documento (um postal)

5/07: Setúbal (postal)

1997
quatro documentos (dois postais e duas cartas)

8/02: Palmela (carta) 3/10: Palmela (carta)
 22/09: Palmela (postal) 3/11: Palmela (postal)

1998
quatro documentos (dois postais e duas cartas)

25/03: Palmela (postal) 1/11: Palmela (postal)
 4/05: Palmela (carta) 29/11: Palmela (carta)

1999
dois documentos (um postal e uma carta)

22/05: Palmela (postal) 1/06: Palmela (carta)

2000
dois documentos (um postal e uma carta)

24/02: Montijo (carta) 30/09: sem local (postal)

2001
dois documentos (duas cartas)

6/03: Lisboa (carta) 7/03: sem local (Lisboa) (carta)



O GRILO NA VARANDA
foi composto em caracteres Hoefler Text
e impresso na Eigal, em papel CoralBook
de 80 gramas, em Junho de 2017.

